

EDITORIAL

Esta edição continua apresentando os dados da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a pós-graduação no Estado do Paraná. Desta vez, a ênfase é o desempenho dos programas de pós-graduação, principalmente aqueles sob responsabilidade das instituições estaduais de ensino superior. As análises efetuadas foram baseadas nos dados e informações das avaliações trienais realizadas pelos Comitês de Área da CAPES, disponíveis no Sistema GEOCAPES/CAPES.

O fortalecimento dos programas de formação e capacitação de recursos humanos, da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica e a promoção da inovação no Brasil são programas prioritários do eixo estratégico “Base de Sustentação da Política de C,T&I”, da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnológica e Inovação (ENCTI) 2012-2015, cujo resumo poderá ser lido também nesta edição.

Assim, conhecer os indicadores de desempenho do conjunto de programas de pós-graduação das universidades públicas estaduais é de fundamental importância para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Esse conjunto de indicadores vem auxiliar o gestor estadual do sistema de ensino superior no processo de acompanhamento da política estadual e (re)orientação dos recursos públicos destinados à área, bem como no alinhamento de suas diretrizes, planos e programas com aqueles implementados no âmbito federal.

Alípio Leal

*Secretário de Estado da Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior*

Maria Elizabeth Lunardi

Editora do Boletim Indicadores C,T&I

MCTI: Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação - 2012-2015

Em dezembro de 2011, o governo federal definiu e divulgou a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015. A ENCTI coloca a ciência, a tecnologia e a inovação (C,T&I) como eixo estruturante do desenvolvimento do País e estabelece diretrizes para orientar as ações nacionais e regionais no período. Assim, será apresentado um resumo¹ das principais definições que caracterizam essa estratégia, ampliando sua divulgação junto à sociedade paranaense.

Segundo o MCTI, “a ENCTI dá continuidade e aprofunda o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (PACTI) e sua concepção apoia-se na experiência acumulada em ações de planejamento das últimas décadas, que se iniciaram nos anos 70 com os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCTs), seguidas pela criação em 1985 do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT, hoje MCTI após a incorporação da inovação ao nome em 2011); estabelecimento das Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia (CNCT) e pelo advento dos Fundos Setoriais, criados no final dos anos 90, que contribuiu para robustecer o padrão de financiamento às iniciativas do setor, com volumes maiores e mais consistentes de investimento” (BRASIL, 2012).

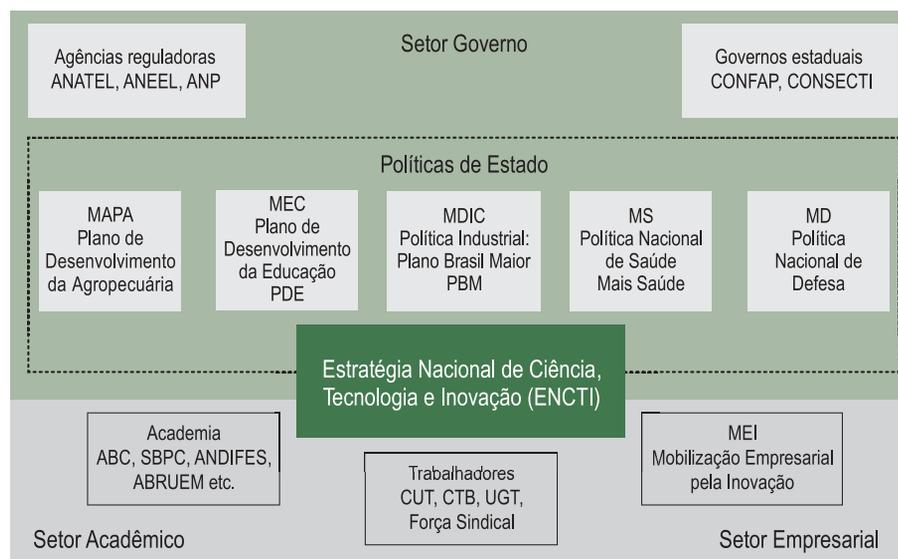
Um das características da ENCTI 2012-2015, já presente no PACTI 2007-2010, é a articulação da política de C,T&I com as demais políticas de Estado e entre os vários atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (figura 1).

Busca-se com essa articulação estruturar arranjos de políticas públicas em condições de responder às características sistêmicas e às necessidades do processo de inovação da economia brasileira, num contexto em que urge o Brasil aproveitar as oportunidades existentes no mercado internacional para aprofundar os processos de ganhos de produtividade e de diversificação estrutural de sua economia. Para o Brasil, grande produtor e exportador de *commodities*, o cenário global tende a induzir a especialização primário-exportadora.

No entanto, considerando seu potencial, sua capacidade científica e tecnológica em diversas áreas, a dinâmica do seu mercado interno e o grau alcançado pelo seu desenvolvimento industrial, o País reúne as condições necessárias para diversificar a pauta comercial em direção a produtos mais intensivos em conhecimento, condição fundamental para um novo padrão de desenvolvimento no longo prazo. Esse padrão requer maior centralidade da política de C,T&I no conjunto das políticas setoriais de desenvolvimento (desenvolvimento agropecuário, educação, industrial, saúde, defesa, etc.), conforme demonstrado na figura 1.

¹ Por se tratar de uma síntese, serão incorporados livremente trechos e figuras do documento original.

FIGURA 1 - ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DE C,T&I COM AS PRINCIPAIS POLÍTICAS DE ESTADO E A INTEGRAÇÃO DOS ATORES



FONTES: BRASIL (2012-2015)

É importante ressaltar que esse requisito não se limita à esfera econômica. É essencial a geração e a disseminação de novos conhecimentos e tecnologias, capazes de ampliar o acesso da população a novos bens e serviços, de forma a mitigar as desigualdades sociais existentes.

Nesse contexto, a ENCTI foi concebida para contribuir no enfrentamento dos cinco principais desafios apresentados pelo atual estágio de desenvolvimento do País, a saber:

- 1) Redução da defasagem científica e tecnológica que ainda separa o Brasil das nações mais desenvolvidas. Entre 2000 e 2010, houve ampliação significativa dos esforços brasileiros em C,T&I. Neste período, o dispêndio total em P&D no Brasil, como proporção do PIB, aumentou de 1,02% para 1,19%, num cenário marcado por elevadas taxas de crescimento do PIB. Embora o aumento observado nos dispêndios em P&D tenha sido expressivo, não foi o suficiente para reduzir a defasagem em relação aos países centrais. Se o País apenas mantiver a taxa de crescimento dos dispêndios em P&D entre 2000 e 2010, serão necessários cerca de 20 anos para se chegar ao percentual observado atualmente nos países europeus. Superar a defasagem tecnológica requer, portanto, uma mudança de patamar nos investimentos em P&D da economia brasileira, tanto públicos como privados. A meta para 2014 é elevar os dispêndios totais em P&D para 1,80%. Para fazer frente a esse desafio, é necessário o aumento relativamente mais expressivo da participação empresarial nos dispêndios em P&D, dos atuais 0,56% para 0,90% do PIB. Nesse contexto, a política industrial, tecnológica e de comércio exterior, expressa no Plano Brasil Maior,² tem como principal alicerce a promoção da inovação das empresas. Além disso, assume relevância

² Informações detalhadas sobre o Plano Brasil Maior encontram-se disponíveis no site da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI: www.abdi.com.br.

estratégica uma maior interação entre as Instituições Científicas e Tecnológicas e o “mundo da produção e da inovação” (empresas e políticas públicas).

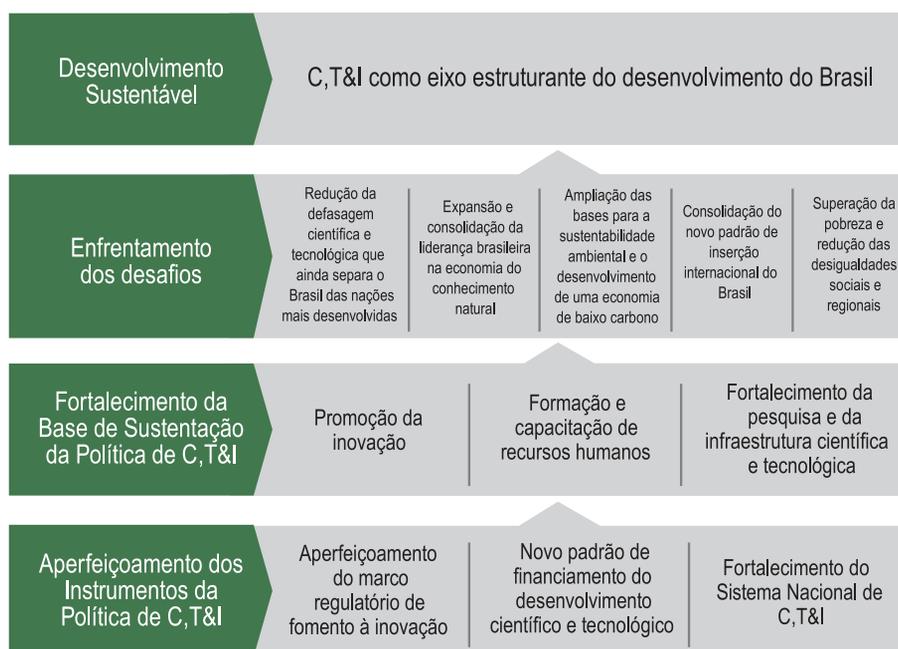
- 2) Expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da natureza. Nesse tipo de economia, o sistema de inovação é, em grande medida, construído com base nos recursos naturais e ambientais existentes no País. O Brasil deve continuar a apostar na ampliação do conteúdo científico e tecnológico dos setores intensivos em recursos naturais, de forma a aproveitar suas vantagens comparativas estáticas e dinâmicas e avançar na agregação de valor e diferenciação de produtos (grãos, carnes, etanol, mineração, extração de petróleo, aproveitamento econômico e sustentável da biodiversidade brasileira, etc.).
- 3) Ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. Não basta gerar inovações de produtos e processos, urge criar um novo paradigma de produção e consumo. “O desenvolvimento da economia e sociedade brasileiras deve ter por base: (i) a contenção e reversão dos danos antrópicos associados aos padrões atuais de produção e consumo; (ii) a adoção de novas modalidades de aproveitamento sustentável dos recursos naturais; e (iii) a minimização do impacto ambiental dos processos de ocupação do território, especialmente nas aglomerações metropolitanas (ENCTI, 2012, p.36-37)” (fontes renováveis e de combustíveis alternativos; novos processos de produção e novos produtos mais eficientes em energia e recicláveis; etc.).
- 4) Consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil. Atualmente, mais de 60% das exportações brasileiras são constituídas de produtos não industriais ou de baixa intensidade tecnológica (produtos intensivos em mão de obra e recursos naturais). Menos de 30% são de produtos de maior conteúdo tecnológico. O avanço da capacidade de inovação da economia e sociedade brasileiras é, portanto, vital para que o País tenha maior grau de endogenia no seu desenvolvimento industrial, de forma a criar empregos em grande quantidade e de elevada produtividade.
- 5) Superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais. Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais continuam como um dos principais desafios da sociedade brasileira. A ciência, a tecnologia e a inovação “são ferramentas poderosas para contribuir para o desenvolvimento social. A construção de agendas regionais de tecnologia e inovação alinhadas com as iniciativas federais, a interiorização dos centros de pesquisa e de formação de recursos humanos e o tratamento adequado das diferenças regionais na formulação e implementação de políticas nacionais são parte essencial das iniciativas que pretendam reduzir as disparidades de renda, de capacidade tecnológica e de condições de vida e de trabalho, tanto entre regiões como no interior de cada região” (ENCTI, 2012, p.38).

Tendo por referência a C,T&I como eixo estruturante do desenvolvimento da economia e sociedade brasileiras, a superação desses desafios requer o fortalecimento da base de sustentação (promoção da inovação; formação e capacitação de recursos humanos; e fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica) e dos instrumentos da política de C,T&I (aperfeiçoamento do marco regulatório; novo padrão de financiamento; e fortalecimento do Sistema Nacional de C,T&I),³ conforme especificados na figura 2.

Além disso, a ENCTI elege programas prioritários relativos a cadeias produtivas de expressiva importância para impulsionar a economia brasileira, como: Tecnologias da Informação; Fármacos e Complexo Industrial da Saúde; Petróleo e Gás; Complexo Industrial da Defesa; Aeroespacial. Também são consideradas prioritárias as áreas relacionadas com a Economia Verde (energia renovável, biodiversidade, mudanças climáticas e oceanos e zonas costeiras); e com a C,T&I para o Desenvolvimento Social (popularização da C,T&I e melhoria do ensino de ciências; inclusão produtiva e social; e tecnologias para cidades sustentáveis).

Os recursos previstos para o período 2012-2015 totalizam R\$ 74,6 bilhões, sendo R\$ 29,2 bilhões do MCTI, R\$ 21,6 bilhões de outros ministérios, R\$ 13,6 bilhões de empresas estatais federais (BNDES, Petrobras e Eletrobras) e R\$ 10,2 bilhões de recursos estaduais operacionalizados pelas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs).

FIGURA 2 - MAPA ESTRATÉGICO DA ENCTI 2012-2015



FONTE: BRASIL (2012-2015)

A divulgação da ENCTI 2012-2015, com base nesse resumo, pode ser útil para orientar a formulação de estratégias semelhantes por parte dos atores do Sistema Paranaense de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTS, instituições de fomento, etc.).

Antes de tudo, independentemente das orientações específicas da ENCTI 2012-2015, merece destaque um aspecto que nem sempre é realçado quando da definição de documentos semelhantes: o fato de se ter uma estratégia de políticas públicas, principalmente na área de C,T&I, já é um avanço importante no sentido de se criar condições necessárias e favoráveis ao avanço do desenvolvimento sustentável do País e suas regiões.

³ A ENCTI 2012-2015 discrimina as principais diretrizes relativas a cada um desses tópicos.

Programas de pós-graduação no Paraná 2001-2010: imperativos da excelência segundo o sistema de avaliação da CAPES

A expansão dos programas de pós-graduação⁴ no Estado do Paraná, assim como no Brasil, tem levantado a discussão em torno da qualidade dos cursos ofertados.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) realiza desde 1976 um trabalho sistemático de avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação no Brasil. Essa avaliação, além de servir como “uma ferramenta de aferição da qualidade dos programas de pós-graduação, tem tido grande influência no estímulo ao aperfeiçoamento da qualidade dos programas brasileiros de mestrado e doutorado” (CGEE, 2010, p.67). Constitui-se, ainda, em instrumento de comparação entre os cursos e programas de pós-graduação de todo o País.

O presente levantamento tem por objetivo sistematizar as informações relativas à pós-graduação do Paraná na última década, tendo por fonte a Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação (2001, 2004, 2007 e 2010), da CAPES, situando o desempenho paranaense no contexto nacional, bem como fornecer subsídios para o aprimoramento da política estadual de fortalecimento do sistema estadual de pós-graduação, corporificada no Programa Excelência do Ensino Superior (PROEX), coordenado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

■ O sistema CAPES de avaliação

A pós-graduação no Brasil tem suas raízes nos anos de 1930, com a criação da Universidade de São Paulo, e se consolida na década de 1960, com a implantação do modelo brasileiro de ensino, pesquisa e extensão.

Quando de sua gênese nos anos 30, a fórmula utilizada foi a da atração de professores estrangeiros, principalmente europeus, e a instituição do modelo das cátedras.⁵ Esse modelo era encontrado apenas em algumas instituições de ensino, e poucos cursos eram oferecidos. Contudo, destaca-se o papel dessa iniciativa na formação dos primeiros mestres e doutores em território nacional.

Em 1965, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação regulamentaram essas experiências e as reconheceram como um novo nível de ensino, estabelecendo o formato institucional básico da pós-graduação brasileira, com dois níveis de formação, o mestrado e o doutorado, e uma linha de continuidade entre os dois.

⁴ No Brasil, são considerados programas de pós-graduação *stricto sensu* aqueles compostos de cursos acadêmicos de mestrado e doutorado.

⁵ “O elemento central desse modelo era a relação tutorial que se estabelecia entre o professor catedrático e um pequeno grupo de discípulos, os quais também atuavam como auxiliares do professor nas atividades de ensino e/ou pesquisa. Nesse formato, o treinamento era bastante informal e estava centrado no desenvolvimento da tese. A autoridade acadêmica do professor era absoluta: apenas a ele cabia estabelecer o conteúdo e o volume das atividades acadêmicas a serem cumpridas pelos candidatos antes da defesa da tese. Da mesma forma, era esse professor quem determinava quais questões e métodos de demonstração eram aceitáveis para uma dissertação e quais técnicas eram admissíveis para a pesquisa” (BALBACHEVSKY, 2005, p.277).

Em 1968, a pós-graduação passou a vincular-se à estrutura de departamentos recém organizada dentro das universidades, e o modelo adotado passou a ser aquele que exige do candidato o cumprimento de um número mínimo de créditos, a qualificação junto a uma banca de professores e a defesa pública da dissertação ou tese.

Nos anos de 1970, o Ministério da Educação, por meio da CAPES, implementou um sistema de avaliações baseado no julgamento por pares,⁶ permitiu vincular o apoio oficial ao desempenho dos programas e estabeleceu um padrão mínimo de qualidade acadêmica. Além disso, criou uma vinculação direta entre desempenho e sucesso, estabelecendo que, quanto maior os conceitos alcançados pelo programa, maiores as possibilidades de o programa e seus pesquisadores alcançarem apoio, tanto em bolsas de estudo como em recursos para pesquisa e infraestrutura (BALBACHEVSKY, 2005).

Em 1998, a CAPES reformulou integralmente esse sistema, dando maior robustez metodológica ao processo, criando um conjunto de indicadores e regras que devem ser rigorosamente observados por todos os comitês de avaliação dos programas:

- a) a periodicidade da avaliação passou a ser realizada a cada três anos;
- b) os mestrados e doutorados, quando oferecidos por um mesmo programa, passaram a ser avaliados em conjunto;
- c) os professores passaram a ser avaliados com ênfase na produção acadêmica;
- d) adotou-se uma escala de 7 pontos, no lugar da anterior, de 5;
- e) os programas que ofereçam apenas mestrado podem obter como pontuação máxima o conceito 5;
- f) os conceitos 6 e 7 somente podem ser atribuídos a programas com doutorado qualificados como bons ou excelentes, segundo padrões internacionais, e que tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área;
- g) conceito 3 passou a ser o mínimo exigido para o reconhecimento e credenciamento dos mestrados;
- h) conceito 3 passou a ser o mínimo exigido para um programa não ser descredenciado pelo Conselho Nacional de Educação e para sua permanência no Sistema Nacional de Pós-Graduação;
- i) conceito 4 é o mínimo exigido para um programa ser reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação;
- j) os programas de pós-graduação podem permanecer com o conceito 3 por duas avaliações (seis anos), período em que poderão se reestruturar e, após nova avaliação, recuperar o conceito 4 ou então serão extintos;
- k) os conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios e impedem os programas de matricularem e receberem novos alunos e bolsas.

Os conceitos finais passaram a ser definidos a partir da avaliação de cinco quesitos:

⁶ O sistema de avaliação por pares consiste na emissão de pareceres emitidos por especialistas independentes, contratados pela CAPES, que atuam na mesma área de conhecimento, ou em área conexas, com a finalidade de aperfeiçoar a atividade acadêmica e de pesquisa.

- a) Proposta do programa: avalia-se a coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular; o planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro conforme os parâmetros da área; e a infraestrutura para ensino, pesquisa e extensão;
- b) Corpo docente: avalia-se o perfil do corpo docente e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa; a adequação e dedicação dos docentes permanentes no programa; a distribuição das atividades de pesquisa e formação entre os docentes do programa; e a contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou pesquisa na graduação;
- c) Corpo discente, teses e dissertações: avalia-se o número de teses e dissertações defendidas em relação ao corpo docente permanente e ao corpo discente; o percentual de orientações das teses e dissertações defendidas no período da avaliação em relação aos docentes do programa; a qualidade das teses, dissertações e da produção dos discentes na produção científica do programa; e o tempo de formação de mestres e doutores, e o percentual de bolsistas titulados;
- d) Produção intelectual: avalia-se o número de trabalhos científicos divulgados em publicações qualificadas pelos docentes permanentes; a distribuição de trabalhos científicos divulgados em publicações qualificadas em relação ao corpo docente; a produção técnica, patentes e outras publicações relevantes; e a produção artística, quando pertinente;
- e) Inserção social: avalia-se a inserção e impacto regional e/ou nacional do programa; a integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento relacionado à área; e a visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação (CAPES, 2010d).

Além disso, o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação organizado pela CAPES prevê dois processos: Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação⁷ e Avaliação dos Programas de Pós-Graduação já em operação. Este último compreende duas ações integradas: o acompanhamento anual dos programas, realizado no intervalo entre as avaliações, e as avaliações trienais.

Alguns autores creditam o sucesso alcançado pela pós-graduação brasileira, tanto na expansão do número de programas e cursos ofertados como na melhoria da qualidade, à política de formação de recursos humanos implementada pelo governo federal, da qual o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação da CAPES faz parte. “O fato de essa política haver se mantido de forma consistente ao longo de mais de quatro décadas, independentes de mudanças de governo e até de regimes políticos, permite caracterizá-la como uma verdadeira política de estado” (CGEE, 2010, p.63).

A avaliação da produção intelectual realizada pela CAPES prioriza a divulgação de trabalhos científicos em publicações qualificadas segundo critérios por ela elaborados denominados Qualis.⁸ Esse sistema de classificação é bastante criticado por uma parcela

⁷ Os cursos credenciados pela CAPES no intervalo entre as avaliações trienais permanecem com o conceito recebido até a segunda avaliação trienal.

⁸ “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades

da comunidade acadêmica por não considerar os periódicos nacionais entre os melhores qualificados em razão dos baixos índices de citações. Baumgarten (2010) apresenta algumas críticas consideradas “históricas” aos critérios utilizados na classificação dos periódicos. Segundo a autora, a academia considera esses critérios pouco claros, bastante subjetivos e com variação muito frequente, tanto no âmbito de uma mesma área, quanto entre as áreas. Além disso, critica a importância exagerada atribuída à publicação em periódicos internacionais e aponta a existência de conflitos na interpretação do que é artigo internacional e a necessidade de serem consideradas as condições específicas de cada área.

■ Os programas de pós-graduação paranaenses no contexto nacional

Para a apresentação dos dados referentes à avaliação da pós-graduação paranaense realizada pela CAPES, foram adotados alguns procedimentos e recortes metodológicos com o objetivo de estabelecer um paralelo entre o sistema de pós-graduação do Paraná e de outras unidades da Federação.

Para tanto, foram selecionados sete estados (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). As características dos sistemas de pós-graduação desses estados permitem, numa primeira dimensão, fazer um comparativo da Região Sul (PR, SC e RS); numa segunda, possibilitam verificar o desempenho do Paraná em relação a três grandes sistemas de pós-graduação federais (RS, MG e RJ); conhecer o desempenho de estados do Nordeste (BA e PE) possuidores de sistemas que se assemelham ao paranaense; e, por fim, comparar o sistema de pós-graduação paranaense com o melhor avaliado no país, o do estado de São Paulo.

São apresentados também os dados relativos à distribuição de programas de pós-graduação no Estado do Paraná, a partir das grandes áreas do conhecimento e da situação jurídica das instituições, destacando-se o desempenho das instituições de ensino e pesquisa estaduais. Foram considerados os programas e áreas do conhecimento objeto das avaliações trienais da CAPES entre os anos de 2001 e 2010 e apresentadas as justificativas oficiais dadas ao enquadramento dos respectivos programas.

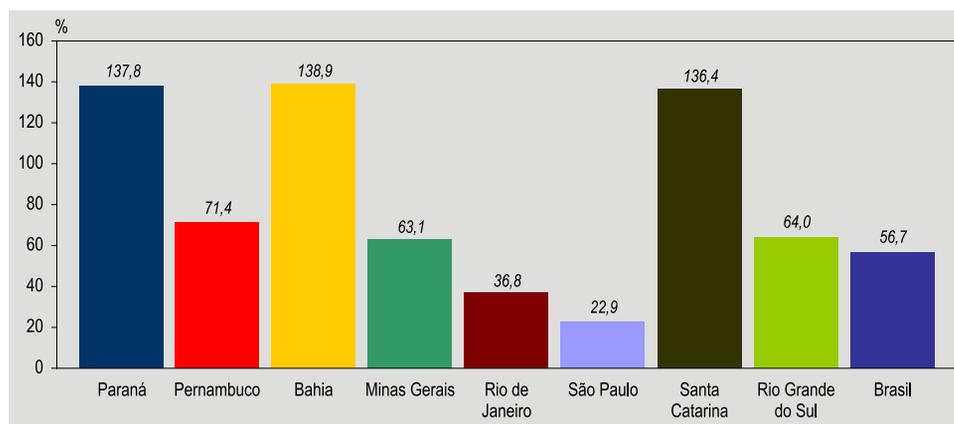
Evolução do número e da qualificação dos programas de pós-graduação no Brasil

Nos últimos dez anos, o Brasil apresentou um incremento de 56,7% no número de programas de pós-graduação *stricto sensu*, passando de 927, em 2001, para 1.453 em 2010 (gráfico 1 e tabela 1).

específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero” (CAPES, 2010a).

Ao lado dessa expansão numérica, o país também logrou aumentar a qualidade de seus cursos e programas. Segundo os parâmetros da CAPES, o número de programas que receberam conceito 3 declinou na última década, de 89 para 47, passando em termos relativos de 9,6% para 3,2%, conforme demonstrado no gráfico 2. Ao mesmo tempo, observa-se um crescimento significativo do número de programas enquadrados nas categorias com conceitos 4, 5, 6 e 7 (ver tabela 1).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, NOS ESTADOS SELECIONADOS E BRASIL-2001-2010



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

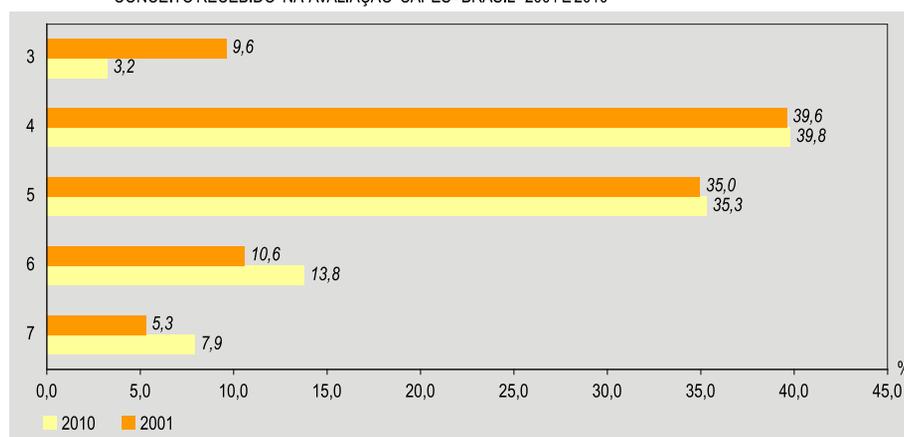
TABELA 1 - NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, SEGUNDO ANO DE AVALIAÇÃO E CONCEITO CAPES - ESTADOS SELECIONADOS E BRASIL-2001/2010

ANO/CONCEITO DA AVALIAÇÃO CAPES	ESTADOS SELECIONADOS								BRASIL
	Paraná	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	
2001									
3	2	2	1	10	19	43	-	8	89
4	24	16	8	32	46	145	9	33	367
5	10	13	9	27	51	140	8	39	324
6	1	3	-	9	32	38	4	4	96
7	-	1	-	6	7	27	1	5	46
Total	37	35	18	84	155	393	22	89	927
2004									
3	4	3	4	4	7	32	2	7	76
4	23	18	5	28	54	124	6	36	356
5	13	17	7	40	59	158	16	44	391
6	3	2	2	14	29	65	5	15	144
7	-	1	-	7	15	33	-	4	61
Total	43	41	18	93	164	412	29	106	1.026
2007									
3	2	2	-	3	9	18	1	-	46
4	33	22	20	47	57	126	12	48	466
5	18	21	7	45	69	188	18	54	466
6	4	2	5	17	31	64	4	14	156
7	-	1	-	6	17	47	1	9	86
Total	57	48	32	118	183	443	36	125	1.207
2010									
3	2	1	2	2	6	17	2	2	47
4	46	31	25	50	76	133	20	47	576
5	37	26	13	49	67	183	20	64	516
6	3	2	2	23	41	88	7	20	206
7	-	-	1	13	22	62	3	13	116
Total	88	60	43	137	212	483	52	146	1.456

FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, POR CONCEITO RECEBIDO NA AVALIAÇÃO CAPES-BRASIL-2001 E 2010



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

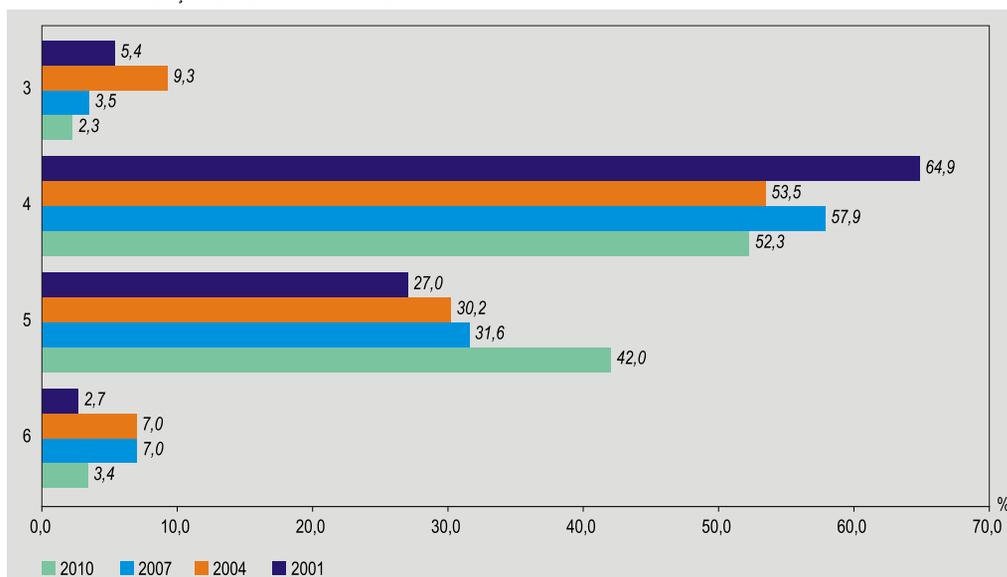
Analisando os números referentes aos programas que receberam conceitos 4 e 5, observa-se um crescimento em termos absolutos, o que não se verifica em termos relativos. Ou seja, entre 2001 e 2010, os programas com conceitos 4 e 5 passaram de 367 para 578, e de 324 para 513, respectivamente (ver tabela 1). Contudo, este crescimento não se refletiu quando analisados seus impactos no total de programas em termos percentuais, uma vez que as proporções se mantiveram em torno dos 35% e 40% (ver gráfico 2).

Comparativamente, no ano de 2001 o Brasil contava com 98 programas de pós-graduação com conceito 6 e somente 49 com conceito 7 e, em 2010, esses números passaram para 200 e 115, respectivamente. Nesse caso, existe uma evolução no número de programas, tendo em vista que a proporção dos que receberam os conceitos mais elevados passou de 10,6% para 13,8%, no caso do conceito 6, e de 5,3% para 7,9%, no conceito 7. Apesar dessa melhora, é clara a pouca expressividade dos programas considerados pela CAPES como de excelência, com conceito 7, no contexto da pós-graduação nacional (ver gráfico 2).

O Estado do Paraná, apesar do expressivo crescimento (137,8%) do número de programas de pós-graduação no período 2001-2010 (ver gráfico 1), apresentou uma evolução mais modesta quando se observa a escala de conceitos CAPES obtidos. Embora sejam poucos os programas classificados com o conceito 3 durante a década, o Estado nunca teve um programa com conceito 7, e são poucos (apenas quatro em 2007) os que alcançaram o conceito 6 (ver tabela 1 e gráfico 3).

Destaque deve ser dado à redução na proporção de programas que receberam conceito 4. Em 2001, eram 64,9% e em 2010 representavam 52,3% do total. Parte dessa redução parece refletir o avanço do número de programas com conceito 5, que passou de 27% para 42% no mesmo período (ver gráfico 3).

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, POR CONCEITO RECEBIDO NA AVALIAÇÃO CAPES- PARANÁ - 2001/2010



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

A pós-graduação no Paraná: um comparativo com os estados selecionados neste levantamento

Analisando o quadro paranaense em comparação com os demais estados da Região Sul, percebe-se que o Paraná apresenta a maior proporção de programas avaliados com conceito 4. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como os estados da Região Sudeste aqui representados (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), encontram-se com coeficientes inferiores ao brasileiro para este conceito, conforme demonstrado na tabela 2.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, SEGUNDO ANO DE AVALIAÇÃO E CONCEITO CAPES-ESTADOS SELECIONADOS E BRASIL-2001/2010

ANO/CONCEITO DA AVALIAÇÃO CAPES	ESTADOS SELECIONADOS								BRASIL
	Paraná	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	
2001									
3	5,4	5,7	5,6	11,9	12,3	10,9	0,0	9,0	9,6
4	64,9	45,7	44,4	38,1	29,7	36,9	40,9	37,1	39,6
5	27,0	37,1	50,0	32,1	32,9	35,6	36,4	43,8	35,0
6	2,7	8,6	0,0	10,7	20,6	9,7	18,2	4,5	10,6
7	0,0	2,9	0,0	7,1	4,5	6,9	4,5	5,6	5,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2004									
3	9,3	7,3	22,2	4,3	4,3	7,8	6,9	6,6	7,4
4	53,5	43,9	27,8	30,1	32,9	30,1	20,7	34,0	34,5
5	30,2	41,5	38,9	43,0	36,0	38,3	55,2	41,5	38,2
6	7,0	4,9	11,1	15,1	17,7	15,8	17,2	14,2	13,9
7	0,0	2,4	0,0	7,5	9,1	8,0	0,0	3,8	6,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2007									
3	3,5	4,2	0,0	2,5	4,9	4,1	2,8	0,0	3,7
4	57,9	45,8	62,5	39,8	31,1	28,4	33,3	38,4	38,3
5	31,6	43,8	21,9	38,1	37,7	42,4	50,0	43,2	38,6
6	7,0	4,2	15,6	14,4	16,9	14,4	11,1	11,2	12,6
7	0,0	2,1	0,0	5,1	9,3	10,6	2,8	7,2	6,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2010									
3	2,3	1,7	4,7	1,5	2,8	3,5	3,8	1,4	3,2
4	52,3	51,7	58,1	36,5	35,8	27,5	38,5	32,2	39,8
5	42,0	43,3	30,2	35,8	31,6	37,9	38,5	43,8	35,3
6	3,4	3,3	4,7	16,8	19,3	18,2	13,5	13,7	13,8
7	0,0	0,0	2,3	9,5	10,4	12,8	5,8	8,9	7,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

Segundo os parâmetros da CAPES, a obtenção dos conceitos 6 e 7 reflete a qualidade e a excelência dos programas de pós-graduação. Nesse quesito, o Paraná encontra-se muito aquém dos demais estados sulinos. Mesmo apresentando crescimento no número total de programas de pós-graduação muito próximo ao de Santa Catarina (ver gráfico 1), o Paraná, ao contrário do estado vizinho, não avançou no *ranking* CAPES dos programas com conceitos 6 e 7.

Embora sendo pioneira na implantação dos primeiros cursos de pós-graduação no Estado, durante a década de 1960, a Universidade Federal do Paraná não conseguiu, até a data deste levantamento, alavancar seus programas de pós-graduação à categoria de excelência. Segundo a CAPES, esses programas não apresentam inserção internacional e produção intelectual que os qualifiquem para os conceitos mais altos.

Além da avaliação da produção intelectual realizada pela CAPES, com base nos critérios Qualis, é necessário aprofundar os estudos técnicos e a discussão política sobre os fatores que caracterizam a institucionalização e que limitam o desempenho do sistema de pós-graduação paranaense. O Paraná, historicamente, se diferencia de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul na medida em que, nesses estados, a gestão, a manutenção e os investimentos realizados no ensino da graduação e nos sistemas de pós-graduação estão sob a responsabilidade do governo federal. No Paraná, ao contrário, o governo estadual assumiu os investimentos na expansão do ensino superior e na verticalização⁹ de seus programas de pós-graduação, sendo hoje responsável pela manutenção de sete instituições de ensino superior, com recursos próprios.¹⁰

Nos estados – principalmente do Sudeste – onde os investimentos federais, sejam na implantação ou na manutenção da infraestrutura de ensino e pesquisa, se fazem presentes desde o início do século passado, percebe-se claramente o crescimento da verticalização dos programas de pós-graduação em detrimento da sua expansão, fato que pode justificar a obtenção de melhores escores na avaliação CAPES e a existência de maior número de programas classificados com conceitos 6 e 7 (ver tabela 2 e gráfico 1).

O Estado de São Paulo mantém com recursos próprios o mais antigo e melhor avaliado sistema de pós-graduação do País. Nesse caso, observa-se uma expansão moderada do número de programas no período 2001-2010, da ordem de 22,9%, conforme demonstrado no gráfico 1. Em contrapartida, aumentou o número de programas com conceitos 6 e 7 e reduziu o número daqueles com conceitos 3 e 4 (ver tabela 2).

Os estados da Bahia e de Pernambuco aparecem com uma configuração muito similar à paranaense. Investiram na expansão de seus sistemas estaduais, mas ainda contam com uma concentração significativa de programas avaliados com conceitos 4 e 5 e baixos índices de programas qualificados com conceitos 6 e 7 (ver tabelas 1 e 2).

⁹ Nesse levantamento, entende-se por verticalização o conjunto de políticas públicas que tem por objetivo a consolidação dos cursos de mestrado e a transformação destes em programas de pós-graduação tomando-se por base os critérios de avaliação definidos pela CAPES.

¹⁰ Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO); Universidade Estadual do Norte Pioneiro (UENP); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – em fase de consolidação.

■ A forte expansão da pós-graduação paranaense na última década

Na última década, o número de programas de pós-graduação no Paraná cresceu de maneira bastante diferenciada entre as instituições federais, estaduais e privadas. Enquanto as federais tiveram uma redução na participação relativa dos programas existentes no Estado de 62,2% para 45,5%, as estaduais praticamente mantiveram um crescimento constante, de 35,1% para 38,6%, e as privadas de 2,7% para 15,9%. Em termos absolutos, a liderança ainda é das federais. Existe, também, um fenômeno recente no Estado, observável a partir de 2007, que é o crescimento da importância das instituições privadas na oferta de novos programas (tabela 3 e gráficos 4 e 5).

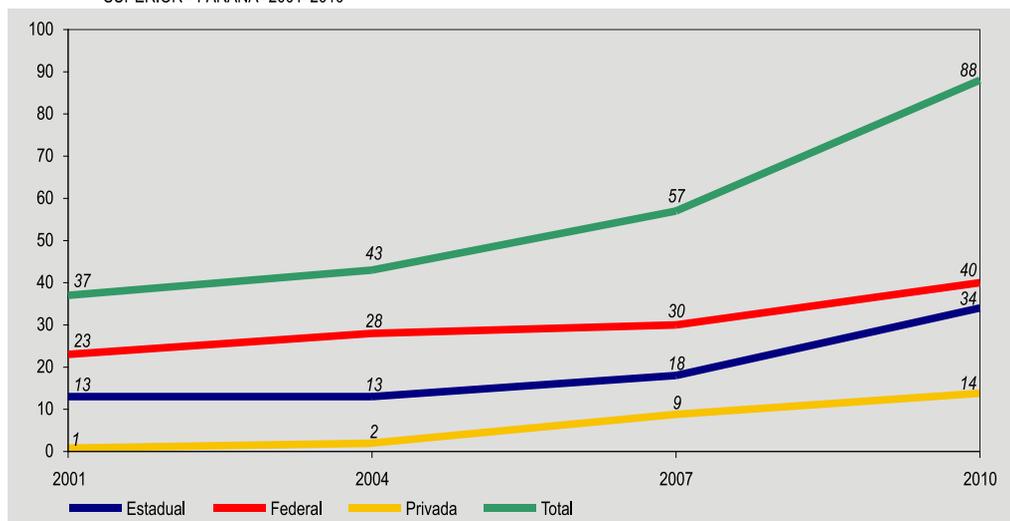
TABELA 3 - NUMERO DE PROGRAMAS DE POS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, SEGUNDO GRANDES AREAS DO CONHECIMENTO, SITUAÇÃO JURIDICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E CONCEITO CAPES - PARANÁ-2001/2010

GRANDES ÁREAS/SITUAÇÃO JURÍDICA	2001					2004					2007					2010				
	3	4	5	6	Total	3	4	5	6	Total	3	4	5	6	Total	3	4	5	6	Total
Ciências Agrárias																				
Estadual	-	2	3	-	5	-	1	3	1	5	-	1	5	1	7	-	3	5	1	9
Federal	-	3	-	-	3	-	2	1	-	3	-	3	-	-	3	-	3	1	-	4
Privada	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0
Total	-	5	3	-	8	-	3	4	1	8	-	4	5	1	10	-	6	6	1	13
Ciências Biológicas																				
Estadual	-	1	2	-	3	-	2	1	-	3	-	1	1	1	3	-	3	1	1	5
Federal	-	2	3	-	5	1	2	3	1	7	1	2	2	1	6	-	3	5	-	8
Privada	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0
Total	-	3	5	-	8	1	4	4	1	10	1	3	3	2	9	-	6	6	1	13
Ciências da Saúde																				
Estadual	-	1	-	-	1	1	-	-	-	1	-	2	-	-	2	-	5	1	-	6
Federal	-	3	-	-	3	-	2	1	-	3	-	4	-	-	4	-	4	2	-	6
Privada	-	1	-	-	1	-	2	-	-	2	1	2	1	-	4	1	3	1	-	5
Total	-	5	-	-	5	1	4	1	-	6	1	8	1	-	10	1	12	4	-	17
Ciências Exatas e da Terra																				
Estadual	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	1	-	1	-	3	2	-	5
Federal	-	2	2	-	4	-	2	2	-	4	-	1	3	-	4	-	4	2	-	6
Privada	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1
Total	-	3	2	-	5	-	3	2	-	5	-	2	4	-	6	-	8	4	-	12
Ciências Humanas																				
Estadual	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	1	-	-	1	-	2	-	-	2
Federal	-	2	-	-	2	1	-	2	-	3	-	3	1	-	4	-	-	4	-	4
Privada	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	1	-	-	1	-	2	-	-	2
Total	-	2	-	-	2	1	-	2	-	3	-	5	1	-	6	-	4	4	-	8
Ciências Sociais Aplicadas																				
Estadual	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	2	-	-	2
Federal	-	1	-	1	2	-	2	-	1	3	-	-	2	1	3	-	1	1	1	3
Privada	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	1	1	-	2	-	3	2	-	5
Total	-	1	-	1	2	-	2	-	1	3	-	1	3	1	5	-	6	3	1	10
Engenharias																				
Estadual	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	1	-	1
Federal	1	2	-	-	3	1	3	-	-	4	-	2	1	-	3	-	-	4	-	4
Privada	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	1	-	-	1	-	-	1	-	1
Total	1	3	-	-	4	1	4	-	-	5	-	4	1	-	5	-	-	6	-	6
Linguística, Letras e Artes																				
Estadual	1	1	-	-	2	-	2	-	-	2	-	2	-	-	2	-	2	-	-	2
Federal	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	1	-	1
Privada	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0
Total	1	2	-	-	3	-	3	-	-	3	-	3	-	-	3	-	2	1	-	3
Multidisciplinar																				
Estadual	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	1	-	-	1	-	1	1	-	2
Federal	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	2	-	-	2	1	1	2	-	4
Privada	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0
Total	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0	-	3	-	-	3	1	2	3	-	6
Estadual	1	7	5	-	13	1	7	4	1	13	-	9	7	2	18	-	21	11	2	34
Federal	1	16	5	1	23	3	14	9	2	28	1	18	9	2	30	1	16	22	1	40
Privada	-	1	-	-	1	-	2	-	-	2	1	6	2	-	9	1	9	4	-	14
TOTAL	2	24	10	1	37	4	23	13	3	43	2	33	18	4	57	2	46	37	3	88

FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PRIPARDES.

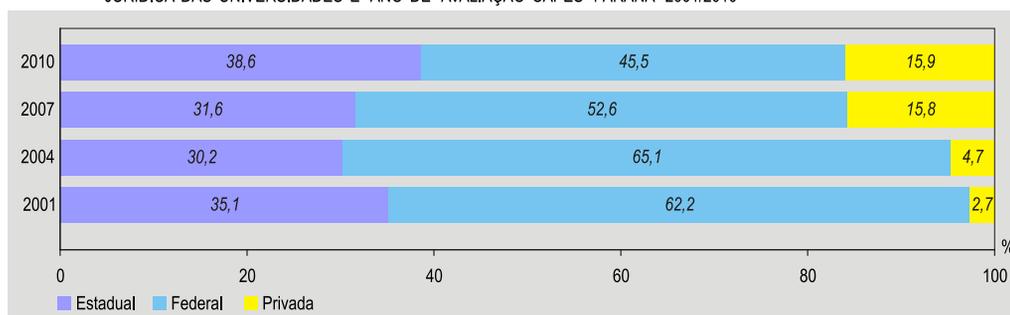
GRÁFICO 4 - NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, POR NATUREZA JURÍDICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - PARANÁ - 2001-2010



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, SEGUNDO SITUAÇÃO JURÍDICA DAS UNIVERSIDADES E ANO DE AVALIAÇÃO CAPES - PARANÁ - 2001/2010



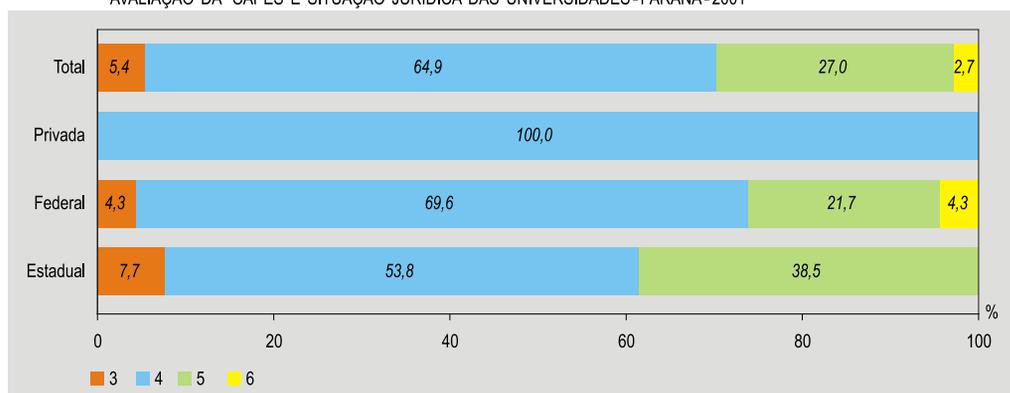
FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

Analisando os dados relativos aos conceitos recebidos pelos programas, considerando a situação jurídica das instituições de ensino superior paranaenses, observa-se que as universidades públicas, tanto federais quanto estaduais, apresentam uma melhora significativa nos conceitos recebidos na década. No caso das IES estaduais, a redução no número de programas com conceitos 3 e 4 refletiu-se no aumento daqueles com conceitos 5 e 6. Já, no caso das federais, esse reflexo chegou somente até o conceito 5 (gráficos 6 e 7).

Os gráficos 8 e 9 apresentam um panorama dos programas de pós-graduação do Estado segundo as grandes áreas do conhecimento nos anos de 2001 e 2010. De maneira geral, houve uma evolução na escala de conceitos CAPES para todas as grandes áreas no período. Em 2001, somente as Ciências Jurídicas contava com um programa conceito 6. Na maioria das demais áreas, predominavam os programas avaliados com conceito 4. Apenas na área das Ciências Biológicas havia a predominância de programas avaliados com conceito 5. Em 2010, é justamente a grande área das Ciências Biológicas que se sobressai, em conjunto com as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Agrárias. Dos três programas avaliados em 2010 com conceito 6, dois deles são ofertados pela Universidade Estadual de Maringá (Agrárias e Biológicas) e um pela Universidade Federal do Paraná (Sociais Aplicadas) (ver tabela 3).

GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, POR CONCEITO RECEBIDO NA AVALIAÇÃO DA CAPES E SITUAÇÃO JURÍDICA DAS UNIVERSIDADES-PARANÁ-2001



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

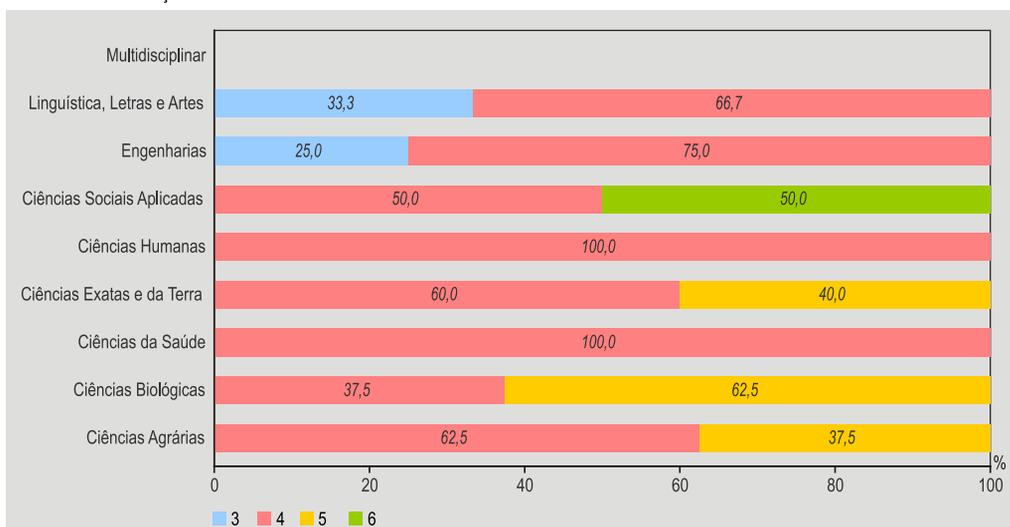
GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, POR CONCEITO RECEBIDO NA AVALIAÇÃO DA CAPES E SITUAÇÃO JURÍDICA DAS UNIVERSIDADES-PARANÁ-2010



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

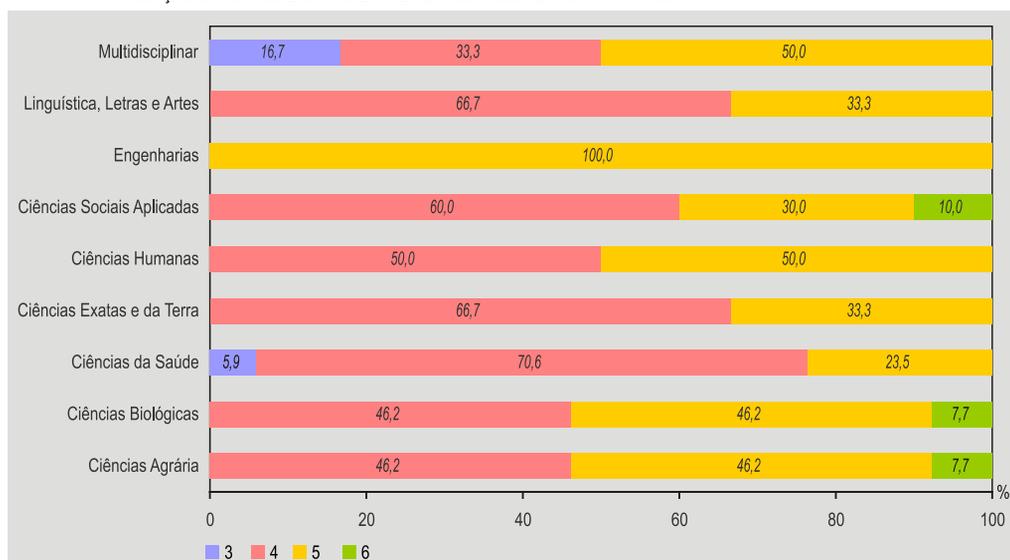
GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, POR CONCEITO RECEBIDO NA AVALIAÇÃO DA CAPES E GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO-PARANÁ-2001



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, POR CONCEITO RECEBIDO NA AVALIAÇÃO DA CAPES E GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO-PARANÁ-2010



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

A pós-graduação nas IES estaduais

Observando os dados apresentados no quadro 1, é possível verificar que no caso dos programas instalados nas universidades estaduais a classificação alcançada na avaliação da CAPES está diretamente ligada à maturidade dos programas. Programas antigos, como é o caso da Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais e da Zootecnia, ofertados a partir de 1992 e 1999 respectivamente, obtiveram melhores conceitos. A própria CAPES admite no Regulamento para Avaliação Trienal 2010 que os programas para alcançarem as notas 6 ou 7 devem ser consolidados.

Programas com doutorados iniciados após 2004 não são elegíveis às notas 6 ou 7 – a não ser que tenham incorporado docentes com histórico de produção intelectual e acadêmica de alto grau, ou que resultem de fusão ou desmembramento de Programas consolidados, e que apresentem ritmo de titulação e produção intelectual associada aos titulados compatível com essas características (CAPES, 2010d, p.12).

Em linhas gerais, além do tempo de credenciamento, a consolidação e maturidade dos programas de pós-graduação dependem da produção científica e produtividade do grupo, da inserção e liderança acadêmica, da estrutura física do programa, do fluxo e número de dissertações e teses, do destino dos egressos, entre outros fatores.

No Paraná, considerando a orientação acima, 33,4% dos programas de pós-graduação instalados nas IES estaduais estavam aptos, em 2010, a receber conceitos acima de 6, contudo apenas dois deles alcançaram este objetivo (gráficos 10 e 11).

QUADRO 1 - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, DAS IES ESTADUAIS, SEGUNDO GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO, ANO DE INSTALAÇÃO DO PROGRAMA, CONCEITO CAPES E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO CAPES - PARANÁ - 2010

GRANDES ÁREAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INSTITUIÇÃO	ANO DE INSTALAÇÃO DO PROGRAMA (DOUTORADO)	CONCEITO CAPES	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO CAPES					
			Proposta do Programa	Corpo Docente	Corpo Discente, Teses e Dissertações	Produção Intelectual	Inserção Social	
Ciências Agrárias								
Agronomia								
UEL	2000	5	MB	MB	MB	MB	MB	
UEM	1999	5	MB	MB	MB	MB	MB	
UNIOESTE	2009	4	MB	MB	B	B	MB	
Ciência de Alimentos								
UEL	1990	5	MB	MB	MB	B	MB	
UEM	2010	4	Sem informação					
Ciência Animal								
UEL	2002	5	MB	MB	MB	MB	MB	
Genética e Melhoramento								
UEM	2005	5	MB	B	MB	MB	B	
Zootecnia								
UEM	1999	6	MB	MB	MB	MB	MB	
Engenharia Agrícola								
UNIOESTE	2006	4	MB	MB	MB	B	MB	
Ciências Biológicas								
Genética e Biologia Molecular								
UEL	2009	5	MB	MB	MB	MB	MB	
Microbiologia								
UEL	2002	4	MB	B	MB	B	B	
Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais								
UEM	1992	6	MB	MB	MB	MB	MB	
Ciências Biológicas (Biologia Celular)								
UEM	1999	4	MB	B	MB	R	B	
Biologia Comparada								
UEM	2009	4	MB	B	B	Não aplicável	B	
Ciências da Saúde								
Ciências da Saúde								
UEL	2010	4	Sem informação					
UEM	2009	4	B	MB	MB	B	B	
Patologia Experimental								
UEL	2007	5	MB	MB	MB	MB	MB	
Saúde Coletiva								
UEL	2009	4	MB	MB	B	B	B	
Ciências Farmacêuticas								
UEM	2006	4	MB	MB	MB	B	MB	
Odontologia								
UEPG	2009	4	B	MB	MB	B	B	
Ciências Exatas e da Terra								
Matemática								
UEM	2010	4	B	B	B	MB	MB	
Física								
UEL	2009	4	MB	MB	MB	B	R	
UEM	2008	5	MB	MB	MB	MB	MB	
Química								
UEM	2001	5	MB	MB	MB	MB	B	
Ciências								
UEPG	2009	4	MB	B	B	B	B	
Ciências Humanas								
Educação								
UEM	2007	4	B	B	B	MB	B	
Geografia								
UEM	2008	4	B	MB	B	B	B	
Ciências Sociais Aplicadas								
Economia								
UEM	2009	4	MB	MB	MB	B	R	
Desenvolvimento Regional e Agronegócio								
UNIOESTE	2010	4	MB	B	MB	B	MB	
Engenharias								
Engenharia Química								
UEM	2001	5	MB	B	MB	MB	MB	
Linguística, Letras e Artes								
Estudos da Linguagem								
UEL	2003	4	MB	MB	MB	B	B	
Letras								
UEL	2003	4	MB	MB	MB	R	MB	
Multidisciplinar								
Ensino de Ciência e Educação Matemática								
UEL	2007	5	MB	MB	MB	B	B	
Ensino para a Ciência e Matemática								
UEM	2009	4	B	B	B	B	B	

FONTE: CAPES (2010c)

NOTAS: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

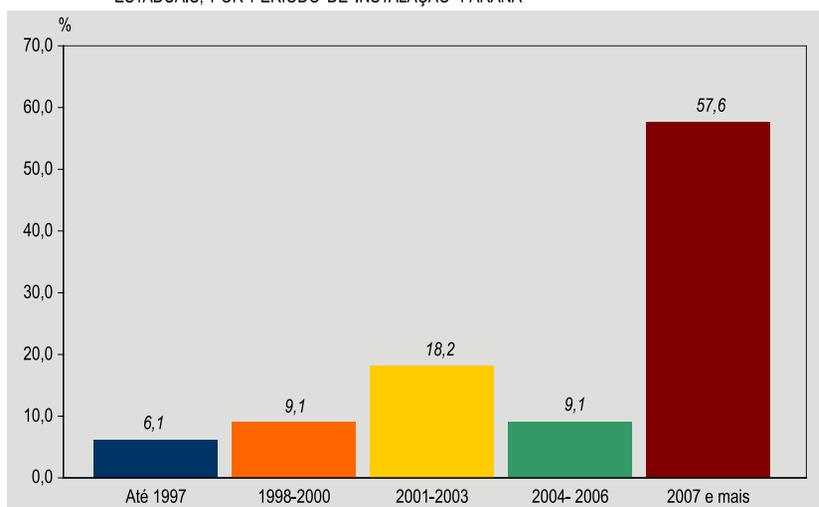
Considerou-se como o ano de instalação do programa aquele de aprovação do doutorado.

MB = Muito Bom; B = Bom; R = Regular; F = Fraco.

Sem informação - os programas recém-instalados ainda não foram avaliados e se encontram com a nota obtida quando da sua autorização de instalação.

O Programa de Biologia Comparada da UEM, apesar de instalado em 2009, foi avaliado pelo Comitê de Avaliação da Área Ciências Biológicas I que considerou "Não aplicável" o critério Produção Intelectual.

GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS, POR PERÍODO DE INSTALAÇÃO - PARANÁ

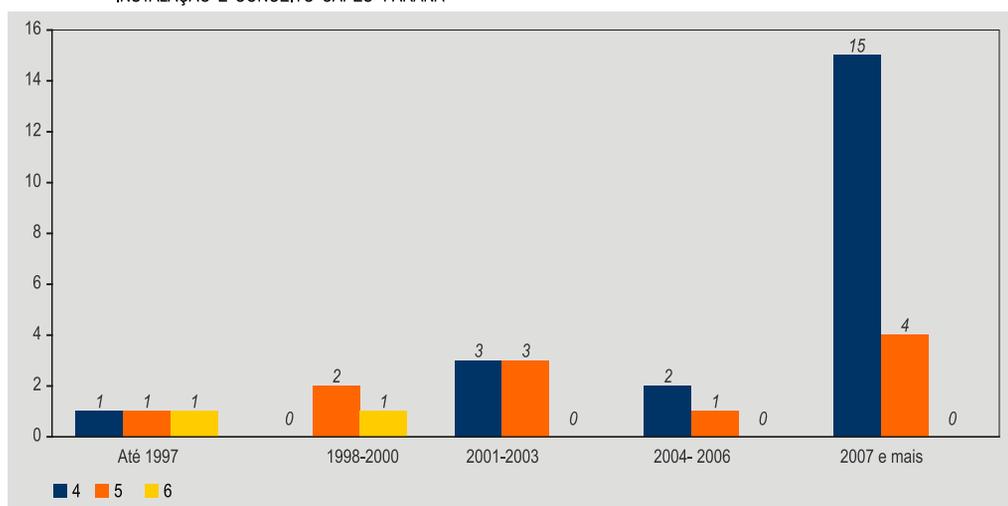


FONTE: CAPES (2010c)

NOTAS: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

Considerou-se como o ano de instalação do programa aquele de aprovação do doutorado.

GRÁFICO 11 - NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS, POR PERÍODO DE INSTALAÇÃO E CONCEITO CAPES-PARANÁ



FONTE: CAPES (2010c)

NOTAS: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

Considerou-se como o ano de instalação do programa aquele de aprovação do doutorado.

Entre os onze programas com conceito 5 instalados nas IES estaduais, seis estavam habilitados em 2010 pelo critério “tempo de instalação” a receber conceitos 6 ou 7.

Os programas de Agronomia da UEL e da UEM e o de Ciência Animal da UEL foram avaliados nos cinco quesitos (proposta do programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual e inserção social) com o conceito máximo “Muito Bom”, em 2010 (ver quadro 1).

Os programas de Agronomia estão sujeitos à avaliação pelo comitê de área¹¹ Ciências Agrárias I que em sua documentação destaca a importância da comparação entre os programas para a definição dos conceitos (CAPES, 2010b). A permanência dos

¹¹ Cada comitê de área elabora um documento de avaliação contendo as orientações a serem seguidas no triênio.

programas paranaenses com conceito 5, mesmo eles tendo alcançado as médias definidas pelo mesmo comitê, se deve à comparação com outros programas nacionais. As principais questões abordadas pela comissão de avaliação quando da justificativa para a não ascensão desses programas estão relacionadas à produção intelectual e à inserção social.

No que se refere à produção intelectual, sugere-se incrementar a publicação de artigos em revistas A1. Os comentários apresentados nas fichas de avaliação destacam, ainda, a necessidade de consolidação dos programas e a atenção para investimento no quesito “solidariedade”, a partir da participação dos programas em projetos de cooperação com outros programas nacionais de níveis diferenciados de consolidação, a exemplo do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), Programa de Apoio à Realização de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu Interinstitucionais para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nas modalidades de Mestrado (MINTER) e Doutorado (DINTER), Programa de Qualificação Institucional (PQI) ou similares.

Além disso, passar do conceito 5 para 6 está condicionado à classificação no conceito 5 por duas avaliações trienais consecutivas. Isso não ocorre no caso dos dois programas de Agronomia, uma vez que na avaliação trienal de 2004 eles receberam conceito 4 (quadro 2).

QUADRO 2 - PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ESTADUAIS INSTALADOS ANTES DE 2004, COM CONCEITO 5 EM 2010, NA AVALIAÇÃO TRIENAL DA CAPES - PARANÁ

ÁREA DE AVALIAÇÃO CAPES	PROGRAMA	IES ESTADUAIS	ANO DE INSTALAÇÃO	CONCEITOS AVAL. TRIENAL			CRITÉRIOS AVAL. CAPES - 2010				
				2004	2007	2010	1	2	3	4	5
Ciências Agrárias I	Agronomia	UEL	2000	4	5	5	MB	MB	MB	MB	MB
Ciências Agrárias I	Agronomia	UEM	1999	4	5	5	MB	MB	MB	MB	MB
Medicina Veterinária	Ciência Animal	UEL	2002	5	5	5	MB	MB	MB	MB	MB
Ciência de Alimentos	Ciência de Alimentos	UEL	1990	5	5	5	MB	MB	MB	B	MB
Química	Química	UEM	2001	4	5	5	MB	MB	MB	MB	B
Engenharia II	Engenharia Química	UEM	2001	4	4	5	MB	B	MB	MB	MB

FONTES: CAPES (2010c)

NOTAS: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

Crítérios de Avaliação Capes: 1 = Proposta do programa, 2 = Corpo Docente, 3 = Corpo Discente, Teses e Dissertações, 4 = Produção intelectual, 5 = Inserção Social.

MB = Muito Bom, B = Bom, R = Regular, F = Fraco.

No caso do programa de Ciência Animal da UEL, a manutenção do conceito 5 pela terceira avaliação consecutiva esteve condicionada, segundo os dados constantes na Ficha de Avaliação 2010, à comparação com outros programas nacionais considerados de maior nível de consolidação pela Comissão de Medicina Veterinária, principalmente no quesito produção intelectual (ver quadro 2).

■ Considerações acerca da pós-graduação no Paraná

Os investimentos tanto na expansão quanto na verticalização da pós-graduação no Estado do Paraná são muito recentes. Assim, torna-se precipitado exigir que o Estado apresente índices semelhantes àqueles dos estados que tradicionalmente investem na pós-graduação, seja com recursos próprios (São Paulo) ou por meio da instalação de unidades federais (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul).

A primeira década de 2000 foi marcante para a pós-graduação paranaense. Além do incremento no número de programas de pós-graduação, o estado assistiu ao crescimento no número de mestrados da ordem de 112%, ou seja, de 50 (2001) para 106 (2010).

As IES estaduais foram as que mais contribuíram com esse crescimento, passando de 25 para 62 cursos. Isso significou um acréscimo de 148% no número de mestrados ofertados (tabela 4 e gráfico 12). Esses dados devem ser considerados quando se analisa o desempenho da pós-graduação paranaense sob a ótica dos critérios da CAPES, ou seja, a juventude e a necessidade de fortalecimento da pós-graduação *stricto sensu* do Estado.

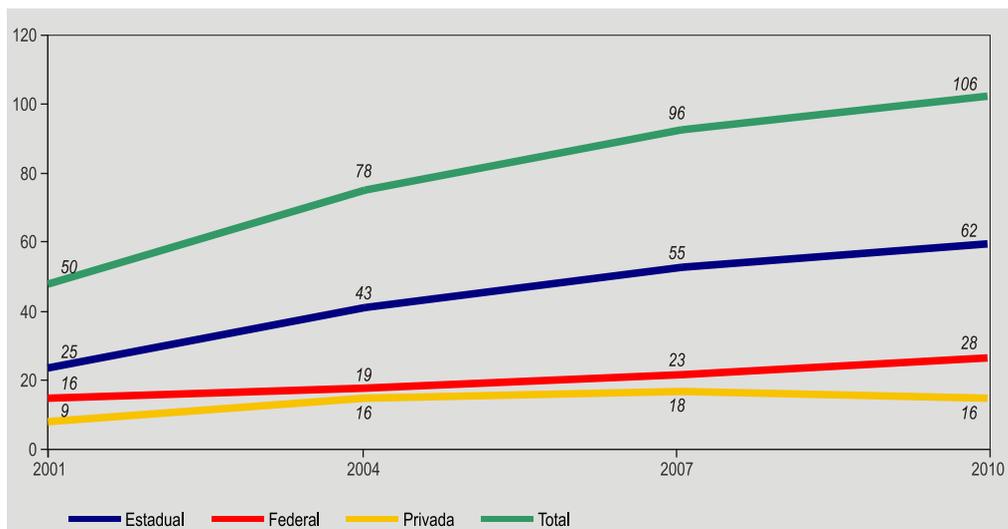
TABELA 4 - NÚMERO DE CURSOS DE MESTRADO, SEGUNDO GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO, SITUAÇÃO JURÍDICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E CONCEITO CAPES-PARANÁ-2001/2010

GRANDES ÁREAS/SITUAÇÃO JURÍDICA	2001				2004				2007				2010			
	3	4	5	Total	3	4	5	Total	3	4	5	Total	3	4	5	Total
Ciências Agrárias																
Estadual	2	-	-	2	3	2	-	5	5	1	-	6	6	1	-	7
Federal	1	1	-	2	1	1	-	2	2	1	-	3	-	2	-	2
Privada	-	-	-	0	-	-	-	0	3	-	-	3	4	-	-	4
Total	3	1	-	4	4	3	-	7	10	2	-	12	10	3	-	13
Ciências Biológicas																
Estadual	2	-	-	2	1	1	-	2	1	3	-	4	1	1	-	2
Federal	1	1	-	2	1	1	-	2	1	3	-	4	2	1	-	3
Privada	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	0
Total	3	1	-	4	2	2	-	4	2	6	-	8	3	2	-	5
Ciências da Saúde																
Estadual	2	-	-	2	4	3	-	7	3	3	-	6	5	3	-	8
Federal	1	-	-	1	2	1	-	3	1	1	-	2	1	-	-	1
Privada	2	-	-	2	2	2	-	4	1	1	-	2	1	1	-	2
Total	5	-	-	5	8	6	-	14	5	5	-	10	7	4	-	11
Ciências Exatas e da Terra																
Estadual	2	1	1	4	3	1	2	6	7	1	1	9	5	1	-	6
Federal	1	-	-	1	2	-	-	2	-	2	-	2	-	-	-	0
Privada	1	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	0	-	-	-	0
Total	4	1	1	6	5	2	2	9	7	3	1	11	5	1	-	6
Ciências Humanas																
Estadual	5	2	-	7	5	2	-	7	12	2	-	14	14	3	-	17
Federal	4	1	-	5	1	2	-	3	1	1	-	2	3	1	-	4
Privada	2	-	-	2	2	1	-	3	1	1	-	2	1	1	-	2
Total	11	3	-	14	8	5	-	13	14	4	-	18	18	5	-	23
Ciências Sociais Aplicadas																
Estadual	3	2	-	5	5	2	-	7	1	5	-	6	5	2	-	7
Federal	-	-	1	1	-	-	-	0	2	-	-	2	3	1	-	4
Privada	2	1	-	3	3	2	-	5	5	2	-	7	4	-	-	4
Total	5	3	1	9	8	4	-	12	8	7	-	15	13	3	-	16
Engenharias																
Estadual	1	-	-	1	3	-	-	3	5	-	-	5	6	-	-	6
Federal	3	-	-	3	3	3	-	6	5	1	-	6	7	2	-	9
Privada	1	-	-	1	1	1	-	2	1	-	-	1	-	1	-	1
Total	5	-	-	5	7	4	-	11	11	1	-	12	13	3	-	16
Linguística, Letras e Artes																
Estadual	1	-	-	1	2	-	-	2	1	1	-	2	1	2	-	3
Federal	-	-	-	0	-	-	-	0	1	-	-	1	-	1	-	1
Privada	-	-	-	0	-	-	-	0	1	-	-	1	1	-	-	1
Total	1	-	-	1	2	-	-	2	3	1	-	4	2	3	-	5
Multidisciplinar																
Estadual	1	-	-	1	2	2	-	4	1	1	1	3	4	2	-	6
Federal	1	-	-	1	-	1	-	1	-	1	-	1	4	-	-	4
Privada	-	-	-	0	1	-	-	1	2	-	-	2	2	-	-	2
Total	2	-	-	2	3	3	-	6	3	2	1	6	10	2	-	12
Total																
Estadual	19	5	1	25	28	13	2	43	36	17	2	55	47	15	-	62
Federal	12	3	1	16	10	9	-	19	13	10	-	23	20	8	-	28
Privada	8	1	-	9	9	7	-	16	14	4	-	18	13	3	-	16
Total	39	9	2	50	47	29	2	78	63	31	2	96	80	26	-	106

FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

GRÁFICO 12 - NÚMERO DE CURSOS DE MESTRADO, SEGUNDO SITUAÇÃO JURÍDICA DAS UNIVERSIDADES E TOTAL - PARANÁ - 2001/ 2010



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

Na avaliação trienal de 2010, nenhum mestrado do Estado alcançou conceito acima de 4. Mais impactante é o grande número de cursos com conceito 3: 78% em 2001 e 75,5% em 2010. Esses conceitos estão diretamente relacionados ao pouco tempo de existência desses cursos (ver tabela 4 e gráficos 13 e 14).

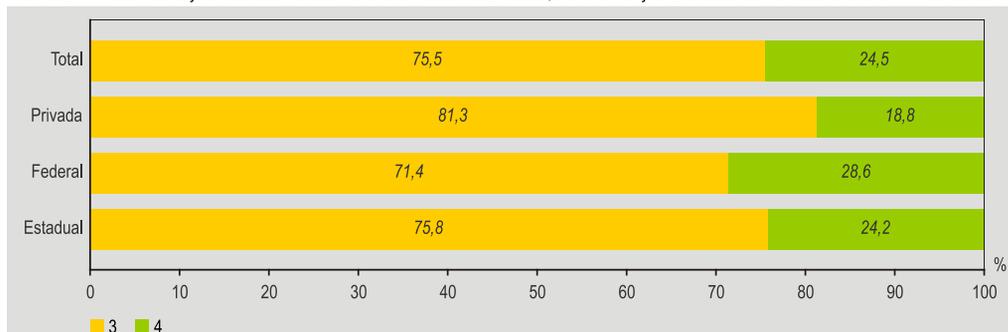
GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CURSOS DE MESTRADO, POR SITUAÇÃO JURÍDICA E CONCEITO CAPES - PARANÁ - 2001



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CURSOS DE MESTRADO, POR SITUAÇÃO JURÍDICA E CONCEITO CAPES - PARANÁ 2010

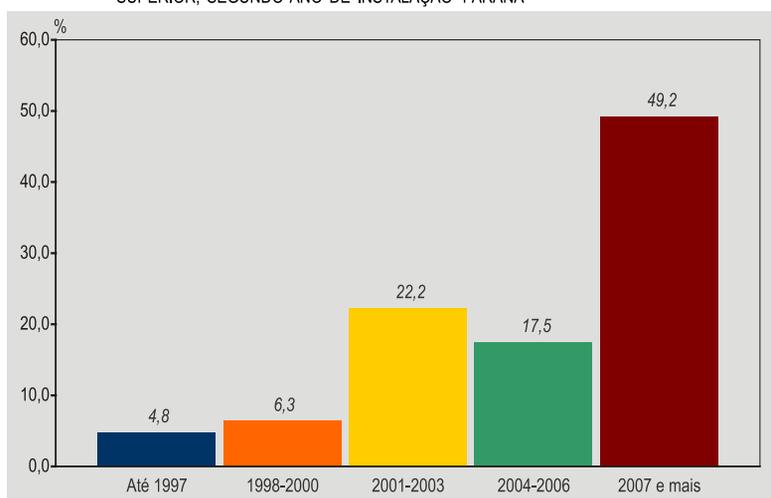


FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

Exemplo disso são os mestrados instalados nas instituições estaduais de ensino superior. De um total de 62 cursos, 49,2% têm menos de cinco anos (gráfico 15). Da consolidação desses cursos depende a autorização para a implantação de programas que contemplem também doutorado.

GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE Mestrado DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO ANO DE INSTALAÇÃO-PARANÁ



FONTE: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos

NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I, SETI-PR/IPARDES.

A questão que perpassa esta discussão é: será que o Estado do Paraná deve investir na instalação de novos programas que contemplem mestrado e doutorado, ou seria a hora de juntar esforços para que aqueles programas que se encontram com conceitos 5 e 6 alcancem melhores índices que os habilitem a disputar verbas federais com os grandes centros?

Para tanto seria necessário, além de investir na qualificação e produção do corpo docente, manter um ritmo regular e significativo de titulação de doutores, buscar excelência em áreas de conhecimento, fomentar a publicação em periódicos pertencentes aos estratos mais elevados do Qualis Periódico da área, apresentar liderança nacional e nucleação¹² de grupos de pesquisa e entre programas de pós-graduação da área, bem como estar integrado de forma solidária com outros programas visando ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no País. Ademais, a promoção de projetos interinstitucionais, para utilizar de maneira mais eficiente os recursos obtidos nos editais das agências de fomento federais, deve ser uma estratégia estadual de captação de recursos a ser melhor explorada.

¹² “A nucleação pode ser constatada basicamente por aspectos como: (1) o Programa tem um histórico de titulações de mestrado e de doutorado que dê a ele uma liderança nacional em sua área? (2) seus egressos estão presentes, de preferência com destaque, em outros programas de pós-graduação, se possível em todo o País, ou conforme o caso em empresas e organizações públicas ou privadas? (3) seus egressos mais recentes têm mostrado uma tendência a se incorporar a instituições de ensino superior, de preferência na pós-graduação, a grupos de pesquisa ou a empresas e organizações, de modo a mostrar uma influência do programa no crescimento da área?” (CAPES, 2010d, p.12).

REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.276-304. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/9posgrado.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2012.

BAUMGARTEN, Maíra. **Avaliação de periódicos científicos e a base Qualis**: um debate sobre produtividade. 2010. Palestra realizada no VI Fórum de Editores Científicos da UFRGS, realizado em 11 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrgs.br/admin/sobrelinks/arquivos/avaliacao-periodicos-cientificos.pdf>. Acesso em: 04 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015**: balanço das atividades estruturantes 2011. Brasília: MCTI, 2012. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/335668.html>>.

CAPES. **Avaliação trienal 2010**: documentos de área. Brasília. 2010b. Disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/?page_id=568>. Acesso em: 09 abr. 2011.

CAPES. **Avaliação trienal 2010**: fichas de avaliação dos programas. Brasília. 2010c. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/?p=1056>>. Acesso em: set. 2011.

CAPES. **Qualis Periódicos**. Brasília. 2010a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 04 maio 2012.

CAPES. **Regulamento para a avaliação trienal 2010 (2007-2009)**. Brasília, 2010d.

CGEE. **Doutores 2010**: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

TABELA A.2 - NÚMERO DE CURSOS DE MESTRADO, SEGUNDO GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO, SITUAÇÃO JURÍDICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E CONCEITO CAPES - PARANÁ - 2001/2010

GRANDES ÁREAS/ SITUAÇÃO JURÍDICA	2001					2004					2007					2010				
	3	4	5	Total		3	4	5	Total		3	4	5	Total		3	4	5	Total	
Ciências Agrárias																				
Estadual	50,0	-	-	50,0	42,9	28,6	-	-	28,6	71,4	41,7	8,3	-	50,0	46,2	7,7	-	-	53,8	-
Federal	25,0	25,0	-	50,0	14,3	14,3	-	-	28,6	28,6	16,7	8,3	-	25,0	-	15,4	-	-	15,4	-
Privada	-	-	-	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0	25,0	-	-	25,0	30,8	-	-	-	30,8	-
Total	75,0	25,0	-	100,0	57,1	42,9	-	-	100,0	100,0	83,3	16,7	-	100,0	76,9	23,1	-	-	100,0	-
Ciências Biológicas																				
Estadual	50,0	-	-	50,0	25,0	25,0	-	-	50,0	50,0	12,5	37,5	-	50,0	20,0	20,0	-	-	40,0	-
Federal	25,0	25,0	-	50,0	25,0	25,0	-	-	50,0	50,0	12,5	37,5	-	50,0	40,0	20,0	-	-	60,0	-
Privada	-	-	-	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-	-	-	-	0,0	-
Total	75,0	25,0	-	100,0	50,0	50,0	-	-	100,0	100,0	75,0	-	-	100,0	60,0	40,0	-	-	100,0	-
Ciências da Saúde																				
Estadual	40,0	-	-	40,0	28,6	21,4	-	-	50,0	30,0	30,0	-	-	60,0	45,5	27,3	-	-	72,7	-
Federal	20,0	20,0	-	40,0	14,3	7,1	-	-	21,4	10,0	10,0	-	-	20,0	9,1	-	-	-	9,1	-
Privada	40,0	-	-	40,0	14,3	14,3	-	-	28,6	10,0	10,0	-	-	20,0	9,1	9,1	-	-	18,2	-
Total	100,0	-	-	100,0	57,1	42,9	-	-	100,0	50,0	50,0	-	-	100,0	63,6	36,4	-	-	100,0	-
Ciências Exatas e da Terra																				
Estadual	33,3	16,7	16,7	66,7	33,3	11,1	22,2	22,2	66,7	41,2	5,9	11,8	5,9	52,9	83,3	16,7	-	-	100,0	-
Federal	16,7	-	-	16,7	22,2	-	-	-	22,2	-	11,1	-	-	11,8	-	-	-	-	0,0	-
Privada	16,7	-	-	16,7	-	11,1	-	-	11,1	-	-	-	-	0,0	-	-	-	-	0,0	-
Total	66,7	16,7	16,7	100,0	55,6	22,2	22,2	22,2	100,0	41,2	17,6	5,9	5,9	64,7	83,3	16,7	-	-	100,0	-
Ciências Humanas																				
Estadual	35,7	14,3	-	50,0	38,5	15,4	-	-	53,8	66,7	11,1	-	-	77,8	60,9	13,0	-	-	73,9	-
Federal	28,6	7,1	-	35,7	7,7	15,4	-	-	23,1	5,6	5,6	-	-	11,1	13,0	4,3	-	-	17,4	-
Privada	14,3	-	-	14,3	15,4	7,7	-	-	23,1	5,6	7,7	-	-	11,1	4,3	4,3	-	-	8,7	-
Total	78,6	21,4	-	100,0	61,5	38,5	-	-	100,0	77,8	22,2	-	-	100,0	78,3	21,7	-	-	100,0	-
Ciências Sociais Aplicadas																				
Estadual	33,3	22,2	-	55,6	41,7	16,7	-	-	58,3	6,7	33,3	-	-	40,0	31,3	12,5	-	-	43,8	-
Federal	-	-	11,1	11,1	-	0,0	-	-	0,0	13,3	-	-	-	13,3	18,8	6,3	-	-	25,0	-
Privada	22,2	11,1	-	33,3	25,0	16,7	-	-	41,7	33,3	13,3	-	-	46,7	25,0	-	-	-	25,0	-
Total	55,6	33,3	11,1	100,0	66,7	33,3	-	-	100,0	53,3	46,7	-	-	100,0	81,3	18,8	-	-	100,0	-
Engenharias																				
Estadual	20,0	-	-	20,0	27,3	-	-	-	27,3	41,7	-	-	-	41,7	37,5	-	-	-	37,5	-
Federal	60,0	-	-	60,0	27,3	27,3	-	-	54,5	41,7	8,3	-	-	50,0	43,8	12,5	-	-	56,3	-
Privada	20,0	-	-	20,0	9,1	9,1	-	-	18,2	8,3	-	-	-	8,3	-	6,3	-	-	6,3	-
Total	100,0	-	-	100,0	63,6	36,4	-	-	100,0	91,7	8,3	-	-	100,0	81,3	18,8	-	-	100,0	-
Linguística, Letras e Artes																				
Estadual	100,0	-	-	100,0	100,0	-	-	-	100,0	25,0	25,0	-	-	50,0	20,0	40,0	-	-	60,0	-
Federal	-	-	-	0,0	-	-	-	-	0,0	25,0	-	-	-	25,0	-	20,0	-	-	20,0	-
Privada	-	-	-	0,0	-	-	-	-	0,0	25,0	-	-	-	25,0	-	20,0	-	-	20,0	-
Total	100,0	-	-	100,0	100,0	-	-	-	100,0	75,0	25,0	-	-	100,0	40,0	60,0	-	-	100,0	-
Multidisciplinar																				
Estadual	50,0	-	-	50,0	33,3	33,3	-	-	66,7	16,7	16,7	-	-	50,0	33,3	16,7	-	-	50,0	-
Federal	50,0	-	-	50,0	16,7	16,7	-	-	16,7	16,7	-	-	-	16,7	33,3	-	-	-	33,3	-
Privada	-	-	-	0,0	16,7	-	-	-	16,7	33,3	-	-	-	33,3	16,7	-	-	-	16,7	-
Total	100,0	-	-	100,0	50,0	50,0	-	-	100,0	50,0	33,3	-	-	100,0	83,3	16,7	-	-	100,0	-
TOTAL																				
Estadual	38,0	10,0	2,0	50,0	35,9	16,7	2,6	2,6	55,1	37,5	17,7	2,1	2,1	57,3	44,3	14,2	-	-	58,5	-
Federal	24,0	6,0	2,0	32,0	12,8	11,5	-	-	24,4	13,5	10,4	-	-	24,0	18,9	7,5	-	-	26,4	-
Privada	16,0	2,0	-	18,0	11,5	9,0	-	-	20,5	14,6	4,2	-	-	18,8	12,3	2,8	-	-	15,1	-
Total	78,0	18,0	4,0	100,0	60,3	37,2	2,6	2,6	100,0	65,6	32,3	2,1	2,1	100,0	75,5	24,5	-	-	100,0	-

FONTES: CAPES - GEOCAPES - Dados Estatísticos
NOTA: Elaborado pelo Projeto Sistema de Indicadores de C.T&I, SETH-PR/IPARDES.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa - *Governador*

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Alípio Santos Leal Neto - *Secretário*

Sérgio de Jesus Vieira - *Diretor Geral*

Sueli Édi Rufini - *Coordenadora de Ciência e Tecnologia*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Cássio Taniguchi - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Gilmar Mendes Lourenço - *Diretor-Presidente*

Emilio Kenji Shibata - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Julio Takeshi Suzuki Júnior - *Diretor do Centro de Pesquisa*

Daniel Nojima - *Diretor do Centro Estadual de Estatística*

Editoração

Maria Laura Zocolotti (*supervisão editorial*)

Claudia F. B. Ortiz (*revisão de texto*)

Ana Batista Martins, Ana Rita Barzick Nogueira e Léia Rachel Castellar (*editoração eletrônica*)

Dora Silvia Hackenberg (*normalização bibliográfica*)

Stella Maris Gazziero (*projeto gráfico e diagramação*)

Boletim Indicadores C,T&I

Maria Elizabeth Lunardi (*Editora*)

Coordenação do Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I do Paraná

Maria Elizabeth Lunardi (*Administradora - SETI*)

Julio Takeshi Suzuki Júnior (*Administrador - IPARDES*)

Equipe

Maria Isabel Barion (*Administradora - IPARDES*)

Marisa Sugamoto (*Socióloga - IPARDES*)

Regina Maria Domingues Ribas (*Licenciada em Letras - SETI*)

Mariano de Matos Macedo (*Economista-Assessoria Metodológica*)
